

EDUCAÇÃO FÍSICA E PREVENÇÃO DE AFOGAMENTOS: ENSINO DA SEGURANÇA AQUÁTICA NA ESCOLA

PHYSICAL EDUCATION AND DROWNING PREVENTION: TEACHING WATER SAFETY AT SCHOOL

EDUCACIÓN FÍSICA Y PREVENCIÓN DE AHOGAMIENTOS: ENSEÑANZA DE SEGURIDAD EN EL AGUA EN LA ESCUELA

Mackson Luiz Fernandes da Costa¹
 Juliene Corrêa da Silva Araújo²

Resumo: O presente artigo aborda a relevância da segurança aquática no contexto da Educação Física escolar, diante do alto índice de afogamentos no Brasil. O objetivo foi relatar uma proposta didática elaborada na disciplina *Atividades Aquáticas II*, do curso de Educação Física da Universidade Federal Fluminense, voltada ao Ensino Médio, para desenvolver a competência aquática mesmo em escolas sem piscina. A metodologia consistiu na elaboração de uma sequência de 10 aulas, contemplando tanto instituições com acesso à piscina quanto aquelas que não possuem infraestrutura aquática, utilizando quadra, sala de aula, vídeos, jogos, dramatizações e mapas de risco. Os conteúdos abordaram a identificação de ambientes aquáticos e seus perigos, dados epidemiológicos, equipamentos de segurança, simulações práticas e discussões sobre educação ambiental. Os resultados indicaram que, apesar da ausência de piscinas em 97% das escolas públicas brasileiras, é possível ensinar segurança aquática de forma crítica, preventiva e significativa, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a consciência cidadã dos estudantes quanto ao uso de rios, praias, lagos e piscinas públicas. Conclui-se que a inserção da temática amplia as possibilidades pedagógicas da Educação Física, fortalecendo a cultura corporal, a valorização da vida e a redução de desigualdades, configurando-se como uma prática inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Atividades aquáticas. Segurança Aquática. Educação Física Escolar. Prevenção de Acidentes. Afogamento.

Abstract: This article addresses the relevance of water safety in the context of school Physical Education, given the high drowning rate in Brazil. The objective was to report on a teaching proposal developed in the Aquatic Activities II course of the Physical Education program at Fluminense Federal University, aimed at high school students, to develop aquatic competence even in schools without swimming pools. The methodology consisted of developing a sequence of 10 lessons, covering both institutions with access to a swimming pool and those without aquatic infrastructure, using a court, classroom, videos, games, role-playing, and risk maps. The content addressed the identification of aquatic environments and their hazards, epidemiological data, safety equipment, practical simulations, and discussions on environmental education. The results indicated that, despite the lack of swimming pools in 97% of Brazilian public schools, it is possible to teach water safety in a critical, preventive, and meaningful way, promoting students' autonomy, responsibility, and civic awareness regarding

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Fluminense. macksoncosta@id.uff.br

² Estudante, Instituto de Educação Física, Universidade Federal Fluminense. julienea@id.uff.br
 Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

the use of rivers, beaches, lakes, and public pools. It is concluded that the inclusion of this theme expands the pedagogical possibilities of Physical Education, strengthening body culture, valuing life, and reducing inequalities, establishing itself as an inclusive and transformative practice.

Keywords: Aquatic activities. Aquatic safety. School Physical Education. Accident prevention. Drowning.

Resumen: Este artículo aborda la relevancia de la seguridad acuática en el contexto de la Educación Física escolar, dada la alta tasa de ahogamientos en Brasil. El objetivo fue informar sobre una propuesta didáctica desarrollada en el curso de Actividades Acuáticas II del programa de Educación Física de la Universidad Federal Fluminense, dirigida a estudiantes de secundaria, para desarrollar la competencia acuática incluso en escuelas sin piscinas. La metodología consistió en desarrollar una secuencia de 10 lecciones, que abarca tanto instituciones con acceso a piscina como aquellas sin infraestructura acuática, utilizando una cancha, un aula, videos, juegos, juegos de rol y mapas de riesgo. El contenido abordó la identificación de ambientes acuáticos y sus peligros, datos epidemiológicos, equipos de seguridad, simulaciones prácticas y debates sobre educación ambiental. Los resultados indicaron que, a pesar de la falta de piscinas en el 97% de las escuelas públicas brasileñas, es posible enseñar seguridad acuática de forma crítica, preventiva y significativa, promoviendo la autonomía, la responsabilidad y la conciencia cívica de los estudiantes con respecto al uso de ríos, playas, lagos y piscinas públicas. Se concluye que la inclusión de este tema amplía las posibilidades pedagógicas de la Educación Física, fortaleciendo la cultura corporal, valorando la vida y reduciendo las desigualdades, estableciéndose como una práctica inclusiva y transformadora.

Palabras clave: Actividades acuáticas. Seguridad acuática. Educación Física Escolar. Prevención de accidentes. Ahogamiento.

1 INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com as atividades aquáticas (AA) compreendem um fato histórico, a partir da necessidade humana, o uso do ambiente aquático pela humanidade foi se adequando a cada realidade, desde a subsistência até a prática do lazer. Assim, com o passar do tempo, e a inovação, houve a necessidade de locomoção eficaz e a especialização de técnicas, para assim suprir travessias importantes de modo que fossem seguras, demanda esta que resultou no primórdio do que seria as atividades aquáticas, e séculos depois, com sua transformação para esportes e jogos de diferentes níveis de competições. Na contemporaneidade, as atividades aquáticas são utilizadas por diversas pessoas para diferentes finalidades: Lazer, relaxamento, reabilitação, competição esportiva, aptidão física, treinamento, dentre outras. Portanto, é notório o pertencimento das atividades aquáticas na cultura corporal.

Ao compreender que a Educação Física (EF) é um “componente curricular responsável pela tematização da cultura corporal, que tem por finalidade potencializar o aluno para intervir de forma autônoma, crítica e criativa nessa dimensão social” (González; Fraga, 2012, p. 46). Nessa perspectiva a EF é uma área de conhecimento do ensino escolar, e por meio dela, os alunos devem ter acesso os conteúdos inerentes da cultura corporal (BRASIL,1998, 2017) ,destaca-se a necessidade de abordar as atividade aquáticas nas aulas do componente curricular Educação Física, como direito dos alunos sendo elas de todo modo buscando a interatividade, praticabilidade e segurança de todos os praticantes. Essa perspectiva ganha ainda mais notoriedade quando a mesma é descrita nos principais documentos formais que orientam a educação física escolar no Brasil como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EF. A BNCC, documento mais recente, propôs o realinhamento dos referenciais teóricos dos estados e municípios, buscando sistematizar os conteúdos, habilidades e competências por ano de escolaridade na educação básica a serem lecionados pelos docentes de cada disciplina. Diante dessa estimativa, o conteúdo “atividades aquáticas” é inserido dentro do componente curricular EF, indicando sua importância para a prática corporal onde as atividades aquáticas se inserem principalmente na unidade temática de Esportes, jogos, lutas e ginásticas, como inserido neste parágrafo:

[..]é importante sublinhar a necessidade e a pertinência dos estudantes do País terem a oportunidade de experimentar práticas corporais no meio líquido, dado seu inegável valor para a segurança pessoal e seu potencial de fruição durante o lazer. Essa afirmação não se vincula apenas à ideia de vivenciar e/ou aprender, por exemplo, os esportes aquáticos (em especial, a natação em seus quatro estilos competitivos), mas também à proposta de experimentar “atividades aquáticas”. São, portanto, práticas centradas na ambientação dos estudantes ao meio líquido que permitem aprender, entre outros movimentos básicos, o controle da respiração, a flutuação em equilíbrio, a imersão e os deslocamentos na água (BRASIL,2017.p 217).

Mediante a esta constatação é válido perceber que há uma indicação do ensino de AA na educação física escolar, e destaco a frase “Dado ao seu inegável valor para as segurança pessoal e seu potencial de fruição durante o lazer.”(BRASIL,2017.p.217), dessa maneira, podemos entender que oportunizar aos alunos a prática de AA não é somente para conhecimento dos mesmos, mas, para a vida social de cada um deles, como nos momentos de lazer, para que eles estejam confortáveis o bastante para aproveitar aquela atividade, e também

para entendimento coletivo, pois, quando o aluno passa a conhecer ele tem a oportunidade de se apropriar da prática, seja assistindo a modalidade ou vivenciando. Além disso, Borges (2019 apud, Dalla Rosa 2022) propõe uma reflexão sobre a necessidade de abordar essa temática na escola alertando que não é pequeno o número de afogamentos que ocorrem todos os anos no Brasil, principalmente nos períodos mais quentes do ano. Para o referido autor, as aulas de EF podem auxiliar as crianças e os jovens no aprendizado de aspectos relacionados às AA, em duas perspectivas: (1) o discernimento dos estudantes acerca dos perigos/riscos do meio líquido, bem como os cuidados necessários como prevenção; (2) a aquisição de habilidades para se defender na água. Além das perspectivas destacadas pelo autor, o mesmo irá descrever quatro meios de obtenção de espaços públicos para a abordagem das atividades aquáticas em seu caráter prático: 1) Contato com instituições - clubes, associações e academias; 2) Parcerias com projetos de remo, canoagem, natação e similares; 3) A utilização de rios, lagoas e similares na cidade; 4) Deslocamento até balneários ou similares na cidade. Cabe ressaltar que como descrito no item “3” o Brasil, é dotado por diversos meios aquáticos, seja eles, rios, córregos, lagoas, lagos, praias, riachos e cachoeiras, como destaca Carlan (2004), somos contemplados com muitos espaços aquáticos naturais como rios, lagos, lagoas em nossa região, o que pode se constituir como campo de vivências nas aulas de EF escolar, de modo que o autor sinaliza a potencialidade que a parceria com entidades públicas e a comunidade pode permitir para as atividades aquáticas. Pressupondo esses passos para a possível abordagem das aulas em ambientes aquáticos aliado a suas características diferentes é necessário destacar a importância desse tema para o desenvolvimento de todos os sujeitos de maneira que todos os alunos tenham contato com o conteúdo de forma total e não a mercê da disponibilidade regional.

Ainda assim, quando buscamos referenciais práticos da ocorrência de aula de atividades aquáticas, é fácil notar que os docentes da educação básica não abordam esta modalidade. No estudo de Carlan e Durks (2018), com 36 professores entrevistados, apenas quatro responderam que contemplam esse conteúdo de maneira teórica e conceitual e apenas um deles afirmou abordar a prática, e nesse estudo e desdobrado com a finalidade de entender o porquê dos professores não aplicarem o conhecimento obtido na graduação. Ainda no estudo de Carlan e Durks (2018), ao perguntar aos professores o porquê da falta de abordagem do conteúdo “atividade aquáticas” apontam os seguintes fatores: as escolas não possuem piscina; os professores desconhecem as possibilidades de convênios/partnerships (com clubes, academias ou associações), além de não reconhecerem espaços de águas abertas como uma possibilidade

para desenvolver as AA, como descrito anteriormente. Podemos entender esta insuficiência conteudista e temática, de acordo com o estudo, por pouco contato com o conteúdo durante a formação em licenciatura em EF. E ainda se desdobrando pelos motivos que podem impossibilitar a prática nas aulas sobre AA, podemos entender que a falta de estrutura adequada é um fator que pode limitar a prática, mas não o aprendizado, além do esforço para obtenção de parcerias como alternativa para as instituições de ensino que não as possuam.

Apesar de limitado aos dados das escolas municipais, sendo eles referentes a 3.971 escolas de todas as regiões do país com 4.190 instalações esportivas informados por 1.521 municípios, Gastão e Godoi (2021 apud, Souza, 2023) identificam nestes dados do IBGE de 2017, acerca da manifestação esportiva nas escolas, que apenas 6,3% 10 das instalações esportivas possuíam piscinas em 2016. Nessa mesma identificação do IBGE, a porcentagem apontada anteriormente é maior somente que o número de pistas de atletismo possuindo 1% e muito inferior à presença de ginásios que lideravam em 78% (IBGE, 2017). Mais recentemente em 2021, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), abrangidas pelo Ministério da Cidadania, publicaram em conjunto o relatório chamado “Atuação do Ministério da Cidadania no Esporte Educacional: desafios e perspectivas” e nele identificaram a partir de um recorte feito do total de 181.279 escolas em funcionamento no ano de 2020, obtido através de dados do Censo Escolar, que em 135.263 unidades apenas 2,7% (3.652) possuíam piscinas em suas instalações (BRASIL, 2021)

Associado a esses estudos, entendemos a importância que a educação física escolar abrange sobre a segurança e liberdade do indivíduo no meio líquido, cabe ressaltar que segundo Szpilman (2023), em relação às causas de óbito no Brasil, o afogamento é a 1^a causa de óbito na faixa etária de 1 a 4 anos, a 2^a na faixa de 5 a 9, 3^a de 10 a 14 anos e a 4^a entre 15 e 24 anos. O autor aponta que no ano de 2020, 5.818 brasileiros morreram afogados e mais de 100.000 casos de afogamento não fatais foram registrados (Szpilman et al. 2023), mas recentemente os dados da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático apontam que, em média, 17 brasileiros morrem afogados por dia no Brasil (SOBRASA,2024).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, a ferramenta de maior eficácia contra afogamentos é a prevenção. Entretanto, para que essa prevenção contra afogamentos seja realizada de forma que traga resultados, os alunos devem ter as competências aquáticas necessárias.

Desse modo, podemos caracterizar a competência aquática, como as habilidades aquáticas individuais que auxiliam a prevenir o afogamento, com a associação de conhecimentos sobre segurança aquática, reações e comportamentos na água. Nesse contexto, não somente aprender a nadar se apresenta como fator importante para enfrentar qualquer dificuldade que o indivíduo apresente no meio aquático, mas, todo aprendizado sobre conhecimento básicos acerca do local onde se encontra, dos perigos existentes e formas de prevenção, auxiliam a prática e vivência das crianças, jovens e adulto nos mais diversos ambientes aquáticos que eles possam enfrentar.

Esse cenário coloca desafios para a educação básica e seus atores. Nessa conjuntura, é pertinente o entendimento que quando um tema que faz parte do conteúdo da EF escolar não é abordado, não só o direito de aprendizagem dos alunos fica prejudicado, mas também a segurança, e liberdade do sujeito em todos os ambientes. Abrangendo também grande parte dos estudantes que apenas na escola terá contato com diversas práticas corporais mediante as desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, surge o questionamento sobre a demanda necessária do ensino de atividades aquáticas e segurança no meio aquático. Portanto, a pergunta que emerge é qual é o cenário das escolas estaduais acerca da abordagem do ensino de Atividades Aquáticas e seus aspectos de segurança aquática em uma cidade litorânea?

Assim, o presente trabalho tem como objetivo criar uma sequência didática de aulas que tematizam a segurança nas atividades aquáticas. A pesquisa se adequa a uma pesquisa de caráter exploratória descritiva, onde o objetivo é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido e explorado e descrever criteriosamente os fatos e fenômenos de uma realidade de forma a obter informações a respeito daquilo que já se definiu como problema a ser investigado(GIL,2008), onde descreveremos duas sequências de 10 aulas cada para turma de ensino médio, uma com o ambiente aquático disponível na escola, ou por meio de parcerias, onde as aulas serão teóricas e práticas, sendo as práticas na piscina disponível e a segunda sequência se desdobrará onde os conteúdos serão também abordados de forma teórico e prático mas, sem o ambiente aquático, piscina, com a disponibilidade de sala de aula e a quadra. O presente estudo se faz importante por contribuir com as investigações sobre o tema de

atividades aquáticas e segurança aquática nas aulas de EF nas escolas, onde se justifica pelo fato de não se encontrar investimento acerca do trabalho pedagógico na EF em relação a segurança nas AA e ajudar docentes a encontrar possibilidades, meios e propostas de se vencer os desafios do processo e buscar autonomia na aplicação do conteúdo. Tendo em vista que a Educação Física é um componente curricular obrigatório, é dever de todo professor de Educação Física, em seu fazer pedagógico, contribuir para o desenvolvimento do aluno em todos os campos educacionais. Além disso, nota-se o potencial das aulas de Educação Física tanto para conhecimento de práticas culturais e corporais como também para o desenvolvimento de habilidades únicas nos diversos espaços pertencentes à EF.

2 O HOMEM E O AMBIENTE AQUÁTICO

Desde a antiguidade o homem, um ser terrestre, precisou utilizar a água como o elemento fundamental para a sobrevivência humana, pois, apesar de sermos “terrestres”, nosso corpo é composto grande parte por água totalizando 70% (GALDI et al., 2004).

Catteau e Garoff (1990) o início do homem na água e após isso o que chamamos de “natação” pode ser confundido com a própria existência humana. Assim, os primeiros registros que foram encontrados sobre o ato de nadar foram os nadadores pré-históricos observados em desenhos nas rochas de Wadi Sora, no platô Gilf Kebir, no Egito, que remontam há mais de 8.000 anos. Essa imagem pertence a uma série de figuras rupestres desenhadas na “Caverna dos Nadadores” no planalto montanhoso de Gilf Kebir da seção do Deserto Líbio do Sara. (KRUG; MAGRI, 2012).

A partir disso, podemos observar uma atividade em que o corpo flutua, com braços estendidos e com o movimento das pernas. Podemos ver o que seria a técnica de entrada dos braços na água e a forma de locomoção existente naquela época.

Afirmamos que a origem do nadar se iniciou a partir de uma necessidade, com uma humanidade “Caçadora e coletrora” existia a necessidade de alimentação, e também de conquista. A partir disso, o ato de nadar foi ganhando outros objetivos, como no Império Romano, a natação era necessidade para todos os cidadãos, e os que não sabiam eram desprezíveis (Lotufo,s.d.). Em outros lugares do mundo, a natação também já se desenvolvia, como no Egito por meio do Rio Nilo, podemos ver desenhos em gravuras e hieróglifos onde pessoas estão se movimentando de maneira fluida em uma perspectiva aquática. No Oriente, os indícios de natação são a partir de I a.C, onde as primeiras competições dos nadadores viriam a existir. Por volta do século XVII, um decreto imperial tornou o ensino da natação obrigatório Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

nas escolas. Eventos de natação organizados foram realizados no século XIX, antes de o Japão ser aberto ao mundo ocidental (KRUG; MAGRI, 2012). Também no século XIX a popularidade da natação como recreação e esporte começou para valer (KRUG; MAGRI, 2012). E diante de toda essa evolução, surgiram os campeonatos com regras e técnicas coordenados por uma federação, sendo a natação a primeira atividade feita no ambiente aquático é também um esporte que faz parte desde a 1º Edição dos Jogos Olímpicos em Atenas. Doze anos depois, durante os Jogos Olímpicos de Londres, foi fundada a Federação Internacional da Natação (FINA), que, atualmente, também regulamenta as demais modalidades aquáticas (KRUG; MAGRI, 2012).

Ao longo dos anos podemos perceber a evolução do modo de agir da humanidade sobre as águas. Dessa maneira, a criatividade do homem ao desenvolver diversas atividades realizadas no ambiente aquático gera uma demanda necessária do aprendizado para os alunos e alunos das escolas básicas, nascendo assim as primeiras pedagogias sobre o ensino de atividades aquáticas e segurança.

3 ATIVIDADES AQUÁTICAS NA ESCOLA

Ao longo do tempo, as atividades aquáticas passaram por um significativo processo de evolução. O aprendizado dessas atividades foi desenvolvido por meio da experimentação, execução e repetição de movimentos, o que resultou nos quatro estilos fundamentais da natação: crawl, costas, peito e borboleta, que são considerados as bases do ensino da natação atualmente. Contudo, as atividades aquáticas não se limitam a esse aspecto técnico; como educadores, é essencial que busquemos sempre ir além dos limites da piscina, proporcionando aos alunos novas formas de aprendizagem.

É crucial compreender o aluno, perceber como ele se relaciona com o ambiente aquático e identificar maneiras de expandir, otimizar e estimular seu aprendizado para que ele possa atingir seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, as atividades aquáticas transcendem o objetivo de apenas treinar, pois podem englobar várias outras dimensões, como lazer, relaxamento, fisioterapia e recreação. O meio líquido não só favorece a sobrevivência e o treinamento, mas também oferece diversos benefícios ao corpo humano, como a melhoria do sistema cardiovascular e respiratório, o aprimoramento do desenvolvimento motor, o condicionamento físico, o aumento da autoconfiança, a preservação da vida em ambientes aquáticos, a reabilitação de deficientes físicos e a recuperação pós-cirúrgica (MANSOLDO, 1986).

As atividades aquáticas têm o potencial de promover uma interação mais profunda do que outras modalidades esportivas. Santos e Lima (2006) destacam que, através das aulas de natação, ocorre uma melhoria na socialização entre alunos e professores. As atividades aquáticas de modo geral, vem sendo uma atividade coletiva e prazerosa para todas as idades, oferecendo às crianças a oportunidade de se relacionarem, ampliando as relações afetivas e sociais. Apesar das dificuldades enfrentadas no ensino de atividades aquáticas nas escolas, essas informações e orientações essenciais não devem ser negligenciadas. Os alunos precisam receber, ao menos, conhecimentos básicos sobre segurança no meio aquático, o que ajuda a desenvolver uma visão crítica sobre os cuidados necessários ao praticar atividades na água.

Pinto (2016) sugere que uma aula diversificada poderia ser viabilizada por meio da dimensão conceitual. Ao analisar as atividades aquáticas na Educação Física escolar, identificou que ela é uma das modalidades de maior complexidade para ser abordada, principalmente devido à falta de infraestrutura adequada para ensino e prática. A capacitação dos alunos para atuar no meio aquático frequentemente exige deslocamentos até piscinas municipais ou privadas, muitas vezes localizadas em áreas de difícil acesso. Por isso, projetos que envolvem parcerias entre universidades e escolas são essenciais para proporcionar aos alunos experiências práticas, principalmente no que diz respeito à adaptação ao meio líquido, visando à segurança e à sobrevivência aquática.

De acordo com Santana et al. (2003), a adaptação ao meio líquido deve ser vista como um processo de "alfabetização aquática", com o objetivo de proporcionar vivências motoras que possibilitem a sobrevivência total em ambiente aquático. A definição de adaptação ao meio líquido, segundo esses autores, é de grande importância, pois serve de base para todos os demais aspectos da natação, especialmente para que as pessoas possam entrar em contato com a água e se locomover nela de maneira segura. Segundo Freudenheim, Gama e Carracedo (2003) o processo pedagógico do ensino da natação deve seguir a mesma ordem que encontramos no desenvolvimento humano, ou seja, dos movimentos simples para os mais complexos, onde os movimentos básicos fundamentais devem ser privilegiados no início do processo de aprendizagem, ou seja, o ensino da natação nas primeiras aulas deve priorizar a adaptação total ao meio aquático, incentivando a percepção da ação da água sobre o corpo, a aprendizagem de diferentes posturas e movimentos, o controle respiratório e as ações motoras que permitem a entrada e saída da água com segurança, com ou sem o uso de materiais auxiliares e em diferentes profundidades e espaços.

4 A PRÁTICA DAS AA'S E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM ASPECTO DA CULTURA CORPORAL

De acordo com Saviani, a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho, um trabalho não material, onde possui especificidades como conhecimentos, idéias, conceitos, valores, hábitos e símbolos como elementos necessários para formação humana (SAVIANI, 2011, p. 20). A educação é um processo histórico e social que tem como objetivo a apropriação dos conhecimentos sistematizados pela humanidade, promovendo a inserção crítica e consciente do indivíduo na sociedade. Nesse sentido, as AA's devem ser abordadas como práticas culturais que transcendem o simples domínio técnico. Elas carregam significados históricos, sociais e simbólicos, sendo imprescindível que a escola propicie aos estudantes o acesso a essas práticas de maneira crítica e contextualizada, conectando-as às realidades vivenciadas por eles em seu meio social.

As AA's, quando abordadas como conteúdo obrigatório na Educação Física escolar(EFA), desempenham um papel essencial no processo de ensino a partir do conceito de pertencimento e da valorização da cultura corporal. O livro "Metodologia do Ensino de Educação Física", escrito pelo Coletivo de Autores, destaca a importância de tratar a cultura que emerge dos corpos humanos como expressão da história e das práticas do homem com o mundo, com o tempo e o lazer, onde surge o estudo sobre a "Cultura Corporal". Ao compreender essas práticas como parte integrante da produção humana, o ensino deve promover o acesso a elas de forma ampla, permitindo que os estudantes se reconheçam como sujeitos pertencentes à cultura que produzem e transformam. Dessa maneira, podemos entender essa reflexão pedagógica:

Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (Coletivo de Autores, 2009, p. 39).

O pertencimento e a apropriação cultural das práticas aquáticas permitem que os estudantes estabeleçam uma leitura crítica do mundo ao seu redor. A água, enquanto elemento

presente em diferentes contextos e representações, possui múltiplos significados: lazer, esporte, sobrevivência e até mesmo exclusão social, considerando o acesso desigual a espaços como piscinas e praias. A abordagem pedagógica deve, portanto, permitir que os estudantes reconheçam essas práticas como parte da cultura corporal e analisem as condições históricas e sociais que delimitam sua prática e acesso.

As AA's devem ser estudadas em suas variadas formas – da natação ao mergulho, do polo aquático às brincadeiras em água – para que se compreendam os diferentes usos, apropriações e significados que a sociedade atribui a elas. Essa diversidade proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar e refletir sobre as práticas aquáticas em uma perspectiva que não seja alienante, mas sim formadora e emancipadora. Esse processo envolve tanto a prática corporal quanto a discussão teórica sobre as dimensões sociais, econômicas e culturais que cercam essas atividades.

Sob a perspectiva crítica, a prática das atividades aquáticas deve ser desenvolvida com rigor teórico e metodológico, indo além da simples reprodução de movimentos. A reflexão radical e de conjunto, como proposta, busca superar uma visão fragmentada e descontextualizada das práticas corporais. O objetivo é que o estudante perceba as contradições existentes no acesso às atividades aquáticas e compreenda como essas práticas podem ser transformadas em benefício coletivo, a partir de sua inserção consciente na sociedade.

A partir dessa intenção, a educação física não apenas promove a saúde e o bem-estar físico, ou como recreação que acontece na atualidade, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos, capazes de intervir em sua realidade, e que contribui para o conhecimento de diversos conteúdos das atividades como, polo aquático, surfe, natação, e a segurança no ambiente aquático que é o objetivo deste trabalho. O estudo das atividades aquáticas sob uma perspectiva histórica e cultural prepara os estudantes para compreenderem as relações sociais envolvidas nessas práticas e como elas refletem e reproduzem desigualdades. Essa conscientização é essencial para a formação de indivíduos que possam agir de forma a transformar essas relações, ampliando o acesso e a inclusão.

5 DISCUSSÃO

Para a construção deste trabalho, iniciamos pela busca de textos que tratam do assunto. A partir do conhecimento obtido na disciplina “Aquáticas” oferecida no curso de EF da UFF, pude ter contato com alguns textos que abordavam sobre a temática de “Ensino de Atividades

aquáticas”, ou até mesmo uma “Metodologia para o ensino de atividades aquáticas”. Para então, selecionar esses textos o critério era fazer parte da disciplina. Foram então selecionados 5 textos, sendo eles, 2 artigos, 2 livros, sendo que dos livros, foram retirados apenas 1 capítulo de cada e 1 manual de salvamento. Os textos selecionados para análise na íntegra estão identificados a seguir no “Quadro 1” a partir da exposição dos títulos, dos autores, dos resumos e ano de publicação. Dessa forma, o quadro se organiza de acordo com os critérios que foram utilizados para delimitar a pesquisa.

Quadro 1 - Artigos relacionados na disciplina “Aquáticas II”

Titulos	Autores	Resumo	Ano
O conteúdo “Atividades aquarela” na educação física escolar: Limites e perspectivas	Paulo Carlan; Daniel Bardini Dürks	O estudo objetiva investigar se os docentes de Educação Física escolar mobilizam os conteúdos de atividades aquáticas em suas aulas, e analisar os fatores que influenciam a compreensão da temática. Para dar conta do problema de investigação, delimitou-se o período em que foi ministrada a disciplina “Atividades Aquáticas” entre 2013 a 2016, utilizando, para fins de análise, os dados coletados em entrevistas estruturadas realizadas pelos acadêmicos com docentes de Educação Física da rede pública de ensino.	2018
Atividades aquáticas como direito de aprendizagem dos alunos na Educação Física escolar	Jean Cargnelutti Dalla Rosa; Ales Branco Fraga; Robson Machado Borges	Este artigo tem como objetivo principal descrever as decorrências do desenvolvimento de uma unidade de ensino sobre atividades aquáticas nas aulas de Educação Física, com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública[...]	2022
Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, Salvamentos e Emergências Aquáticas	David Szpilman	Manual de emergências aquáticas onde aborda resumidamente o problema afogamento em toda sua importância e soluções, dando atenção aos principais cenários e diversos públicos, com soluções customizadas, tendo como base a cadeia de sobrevivência em afogamento	2024
Pedagogia da natação: estratégias e técnicas de ensino para a aquisição de	Ricardo J. Fernandes e Susana Soares	Neste capítulo, discorrer-se-á sobre um conjunto de estratégias e técnicas de ensino para a aquisição de habilidades aquáticas, nomeadamente apresentando o modelo de ensino da natação utilizado na nossa instituição.	2020

habilidades aquáticas.			
O Aprendizado no Meio Líquido	Enori Helena Gemente Galdi,et al.	O capítulo objetiva abordar a natação em seus aspectos pedagógicos e metodológicos, nos níveis de aprendizagem contemplados pelo Projeto Aprender a Nadar, nas diferentes faixas etárias (adultos e crianças).	2004

Após a leitura na íntegra dos capítulos e artigos citados, iremos categorizá-los como intervenção de ensino, ou sugestão pedagógica.

Quadro 2 - Relação dos artigos com proposta ou/e intervenção

Títulos	Autores	Intervenção/Proposta
O conteúdo “Atividades aquarela” na educação física escolar: Limites e perspectivas	Paulo Carlan; Daniel Bardini Dürks	Proposta
Atividades aquáticas como direito de aprendizagem dos alunos na Educação Física escolar	Jean Cargnelutti Dalla Rosa;Ales Branco Fraga; Robson Machado Borges	Proposta/Intervenção
Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, Salvamentos e Emergências Aquáticas	David Szpilman	Intervenção
Pedagogia da natação: estratégias e técnicas de ensino para a aquisição de habilidades aquáticas.	Ricardo J. Fernandes e Susana Soares	Proposta
O Aprendizado no Meio Líquido	Enori Helena Gemente Galdi,et al.	Proposta/Intervenção

A partir dos artigos selecionadas, podemos notar que dos cinco, somente dois (Dalla Rosa,2022; David Szpilman, 2024) abordam na teoria e na prática questões sobre o ensino da segurança na prática de atividades aquáticas, sendo que um deles (David Szpilman,2024) é uma Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

cartilha de prevenção ao afogamento, onde descreve características do afogamento e formas de prevenção, onde este produto é utilizado como forma de propaganda para as técnicas de salvamento e proteção, que pode ser utilizado como material pedagógico do professor de educação física. Já o artigo (Dalla Rosa,2022) é um material que desdobra sobre o ensino de atividades aquáticas na escola, onde os autores criam uma sequência pedagógica de 10 aulas para um turma do 8º ano da rede pública, colocando em prática 4 aulas na piscina e 6 em sala de aula, onde somente 2 com o tema “Segurança no meio líquido” e “Situações de afogamento”, diante desse pressuposto, podemos entender que teve iniciativa de conduzir aos estudantes o aprendizado sobre situações que precisam de segurança no ambiente aquático, mas, que não foi a prioridade do estudo.

Os 2 capítulos de livro (Enori Helena Gemente Galdi,et al,2004; Ricardo J. Fernandes e Susana Soares,2020) vão descrever o ensino de natação, então nessa perspectiva, o ensino está pautado no aprendizado dos quadra nados, onde o aluno passa pela primeira fase de “Adaptação ao meio líquido”:

A fase preparatória para a aprendizagem seguinte, deve propiciar relação de proximidade entre a água e o futuro nadador, fazendo este desejá-la, vê-la e senti-la. O primeiro objetivo a ser atingido é a eliminação da rigidez muscular produzida muitas vezes pelo sentimento de medo da água (Rohlf, 1999).

Dessa maneira, os capítulos descrevem que a sequência de ensino é adaptação ao meio líquido, nado crawl, nado costa, nado peito e nado borboleta. O capítulo (Enori Helena Gemente Galdi,et al,2004) além de apontar a origem do humano ao meio líquido, os autores apontam para a aprendizagem dos nados a partir da concepção sintética que parte do todo – adaptação que se caracteriza pela liberdade de movimentos, para as partes – os estilos, e trazendo como conteúdos da sua prática: adaptação ao meio líquido, flutuação, respiração, propulsão e mergulho elementar; unidades que, bem desenvolvidas, cumprem os objetivos próprios a essa modalidade (Machado, 1978). Onde os autores colocam em prática o projeto “Aprender a nadar” oferecido para a população da cidade. O capítulo (Ricardo J. Fernandes e Susana Soares,2020) também aponta o aprendizado inicial por meio da adaptação ao meio líquido, onde dizem: “A primeira fase de ensino da natação e das habilidades aquáticas deverá ser a AMA, a qual é, antes de mais, uma forma de aumentar a capacidade de sobrevivência.

(Ricardo J. Fernandes e Susana Soares,2020, pag.33)

Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

Com esse entendimento, podemos notar que há uma iniciativa de ensino ao meio líquido, porém, a ênfase do ensino somente da natação, ou, a necessidade de saber nadar para sobreviver, tira o papel fundamental do aprendizado sobre como o aspecto segurancional no ambiente aquático do professor para o aluno para que ele possa usufruir dos ambientes ao seu redor.

O artigo (Paulo Carlan; Daniel Bardini Dürks,2018) é uma pesquisa para entender sobre a falta de ensino de atividades aquáticas na escola, a partir do cenário que os autores encontram eles tematizam 4 tópicos para serem abordados como possíveis conteúdos nas aulas de educação física, e um dos temas é intitulado como “Salvamento e Primeiros Socorros”, onde eles desdobram da necessidade do aprendizado de técnicas de salvamento e primeiros socorros, com a presença do corpo de bombeiros para a ministração de palestra.

Alguns autores reconhecem a possibilidade de se trabalhar com o conteúdo de atividade aquáticas nas aulas de Educação Física mesmo em regiões não litorâneas sendo necessárias as devidas adaptações e considerações do contexto local, e também reconhecendo fato da falta de estrutura física nas escolas ou até mesmo locais para fazer convênio. Mas, além da questão estrutural como podemos ver nos artigos (Paulo Carlan; Daniel Bardini Dürks,2018;Dalla Rosa,2022), existe a falta de trabalhos que articulem sobre o ensino de segurança dentro do conteúdo atividades aquáticas na educação física escolar, e isso não se dá somente pela falta de estrutura, Lobo da Costa e Levada (2010) apontam que os professores podem expor aos estudantes conteúdos como as principais causas de afogamento e atitudes preventivas, conhecimento das regras, história dos nados, entre outros, mesmo que não possuam piscinas nas escolas.

Diante dessa perspectiva os professores não devem se fixar no ensino dos nados (quando há) mas, seguir uma sequência didática, onde os alunos não necessariamente precisam saber a nadar para aproveitar o ambiente aquático, e sim, saber se ambientar e as especificidades que o local demanda, e como principal que este trabalho vem discutindo os princípios de segurança no ambiente aquático. Com essa demanda, construímos uma sequência didática para serem abordados os conteúdos sem a piscina disponível e com a piscina disponível, seja na escola ou com parcerias.

6 SEQUÊNCIAS DE AULAS

Quadro I - Conteúdos e objetivos do plano de ensino para o colégio com piscina/partnerias

Aula	Tema	Objetivo	Local
1	Ampliando os ambientes aquáticos	Conhecer os diferentes tipos de ambientes aquáticos existentes no Brasil.	Sala de Aula
2		Compreender as diferenças específicas de cada local e de como isso influencia a vivência no ambiente.	
3	Segurança nos ambientes aquáticos	Conhecer os dados sobre os níveis de afogamentos, a quantidade de afogamentos no Brasil, e as possibilidades de evitar. Compreender as regras básicas do convívio em diferentes ambientes aquáticos.	
4			
5	Formas de movimentação na água	Vivenciar nados alternativos utilizados em diferentes ambientes para locomoção.	
6			
7	Técnicas de Salvamento	Vivenciar algumas das técnicas observadas nas aulas 3 e 4, compreendendo o que fazer em situação de afogamento,	
8	Simulação de cenários de risco em diferentes ambientes aquáticos	Simular possíveis cenários que ocorrem quando o indivíduo entra em estado de afogado	Piscina
9			
10	Prevenção de afogamentos e educação ambiental	Simular possíveis cenários que ocorrem em ambientes aquáticos que são poluídos pela humanidade e o quanto isso dificulta a prática no ambiente e o salvamento	

Fonte: A autora

Quadro II - Conteúdos e objetivos do plano de ensino para o colégio sem piscina/partnerias

Aula	Tema	Objetivo	Local
1	Ampliando os ambientes aquáticos	Conhecer os diferentes tipos de ambientes aquáticos existentes no Brasil.	
2		Compreender as diferenças específicas de cada local e de como isso influencia a vivência no ambiente.	
3	Segurança nos	Conhecer os dados sobre os níveis de afogamentos, a	

4	ambientes aquáticos	quantidade de afogamentos no Brasil, e as possibilidades de evitar. Compreender as regras básicas do convívio em diferentes ambientes aquáticos.	Sala de Aula
5	Equipamentos de segurança e sua utilização	Demonstrar a importância dos equipamentos de segurança em ambientes aquáticos.	
6	Estratégias de Prevenção de afogamentos em crianças e idosos	Sensibilizar sobre a importância de proteção de grupos mais vulneráveis.	
7	Técnicas de salvamento	Vivenciar algumas das técnicas observadas nas aulas 3 e 4, compreendendo o que fazer em situação de afogamento. Simulação no solo.	Quadra
8			
9	Identificação de correntes e marolas na praia	Vivenciar simulações de correntes, e como identificar perigos como correntes de retorno e condições perigosas no mar.	Sala de Aula
10	Revisão e avaliação final	Revisar os principais conteúdos e avaliação do conteúdo.	

Fonte: A autora

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, pode-se destacar que a Educação Física Escolar, ainda tem muito a se desenvolver enquanto produção de conteúdo quando falamos de “Atividades Aquáticas”, e ainda muito a se caminhar para colocar em prática essas diversas temáticas que devem ser abordadas na teoria e prática como é descrito nos documentos orientadores de currículos como é o caso dos PCN’s e mais recentemente da BNCC. O presente trabalho busca auxiliar os professores sendo uma ferramenta didática, analisar elementos e estratégias pedagógicas idealizados ou postos em prática dentro e fora do espaço escolar para que dessa forma Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

possibilita aos professores de Educação Física interessados em trabalhar com o tema segurança no conteúdo de atividades aquáticas em suas aulas e também outras atividades aquáticas. Também se constrói como forma de compreender a importância de se lutar por condições dignas para potencializar o processo educativo e a formação dos estudantes.

A relação entre o ser humano e as atividades aquáticas ao longo da história destaca a importância desse conteúdo no contexto educacional, em especial na Educação Física escolar. As AA transcendem o simples domínio técnico ou competitivo, representando uma rica dimensão da cultura corporal que precisa ser acessível a todos os estudantes. A prática dessas atividades, além de favorecer o lazer e a interação social, é essencial para a segurança pessoal, especialmente em um país como o Brasil, onde os corpos hídricos são abundantes e onde o afogamento representa uma significativa causa de mortalidade. Os resultados encontrados nesta pesquisa não são para mostrar um baixo ou alto número de produções acerca do ensino de segurança nas atividades aquáticas ao tratar de proposições, intervenções ou mesmo análise de ações realizadas, mas para somar no arcabouço teórico e possivelmente prático do professor no chão da escola. Contextualizando os textos estudados com a prática docente, e a suma importância do conteúdo estar presente na escola.

Apesar da relevância das AA, os desafios para sua inserção efetiva nas escolas brasileiras são notórios. A escassez de infraestrutura, como piscinas, o desconhecimento de possibilidades de parcerias e a formação insuficiente dos professores são barreiras que limitam a abordagem prática e significativa desse tema. Contudo, tais dificuldades não anulam a necessidade de promover o ensino das AA, especialmente em seu caráter teórico e preventivo, como a segurança no meio aquático, que pode ser trabalhada com criatividade e recursos alternativos. Por fim, a educação física escolar, quando comprometida com o desenvolvimento do aluno, tem o potencial de contribuir para uma formação cidadã e crítica.

As AA devem ser vistas como uma oportunidade de promover a valorização da cultura corporal, a igualdade de acesso às práticas aquáticas e a prevenção de afogamentos. Desse modo, garantir que os estudantes vivenciem essas práticas em contextos escolares é um passo fundamental para construir uma sociedade mais consciente e segura no ambiente aquático.

REFERÊNCIAS

Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

CARLAN, Paulo; DÜRKS, Daniel Bardini. O conteúdo “Atividades Aquáticas” na Educação Física escolar: limites e perspectivas. **Revista Kinesis**, v. 36, n. 3, p. 2-14, 2018.

CATTEAU, R.; GAROFF, G. **O ensino da natação.** São Paulo: Manole, 1990.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, P. H. L.; LEVADA, G. Natação e habilidades aquáticas: subsídios para o ensino na escola. In: **Natação e atividades aquáticas: subsídios para o ensino.** São Paulo: Manole, p. 155-164, 2010.

DALLA ROSA, Jean Cargnelutti; FRAGA, Alex Branco; BORGES, Robson Machado. Atividades aquáticas como direito de aprendizagem dos alunos na Educação Física escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 1-21, 2022.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE NATATION (FINA). **Swimming rules.** 2017. Disponível em: https://www.fina.org/sites/default/files/2017_2021_swimming_16032018.pdf. Acesso em: 8 nov. 2020.

FREUDENHEIM, A. M.; GAMA, R. I. R. B.; CARRACEDO, V. A. Fundamentos para elaboração de programa de ensino do nadar para crianças. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes**, v. 2, n. 2, p. 61-69, 2003.

GALDI, Enori Helena Gemente et al. **Aprender a nadar com a extensão universitária.** Campinas, SP: IPES Editorial, 2004.

GASTÃO, G. S.; GODOI, M. Atividades aquáticas no Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Mato Grosso. In: **Educação Física no Ensino Médio Integrado da Rede Federal: compartilhando experiências.** Cuiabá: EdUFMT Digital, 2021. Disponível em: <https://www.edufmt.com.br/product-page/educa%C3%A7%C3%A3o-f%C3%ADsica-no-ensino-m%C3%A9dio-integrado-da-rede-federal-compartilhando-exp>. Acesso em: 27 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. **Afazeres da Educação Física nas escolas: planejar, ensinar, partilhar.** Frechim: Edelbra, 2012.

Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: esporte 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KRUG, D. F.; MAGRI, P. E. F. **Natação: aprendendo para ensinar.** São Paulo: All Print, 2012.

MANSOLDO, A. C. Estudo comparativo da eficiência do aprendizado da natação (estilo crawl) entre crianças de três a oito anos de idade. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

PINTO, Natália Caroline. **Atividades aquáticas como conteúdo da Educação Física em escolas da cidade de Teutônia/RS.** 2016. Monografia (Graduação em Educação Física – Licenciatura) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

SANTANA, V. H.; TAVARES, M. C. F.; SANTANA, V. E. **Nadar com segurança: prevenção de afogamentos, técnicas de sobrevivência, adaptação ao meio líquido e resgate e salvamento aquático.** Barueri: Manole, 2003.

SANTOS, C. de S.; LIMA, E. dos S. Análise sobre as influências da natação no desenvolvimento afetivo-social de alunos do 5º ano da escola CEJE no município de Boa Vista-RR. **Revista ENAF Science**, v. 11, n. 1, p. 113-118, jun. 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, LAZER E INCLUSÃO; SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Atuação do Ministério da Cidadania no Esporte Educacional: desafios e perspectivas.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/setimo-volume-da-serie-de-olho-na-cidadania-retrata-infraestrutura-do-esporte-educacional. Acesso em: 31 maio 2023.

SZPILMAN, David; SANTOS, A. P.; SANTOS, F. B.; ENEIDA, L. Naufrágios – Dicas. **Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA),** 2023. Disponível em: <https://www.sobrasa.org/naufragio-recomendacao/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

Revista Fluminense de Educação Física. Dossiê comemorativo pelos 50 anos da Educação Física na UFF: IV Simpósio – A subjetividade e a corporeidade nos tempos contemporâneos: A Educação Física 4.0, e; XVII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar – EnFEFE: a docência e a escola como *lócus* de formação. Vol. 07, n.03, Dezembro de 2025.